

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 13 de abril de 2022 • Nº 1292 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FRAUDE NO MEC

Presidente do FNDE diz que pastor falou em propina

O presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Marcelo Lopes da Ponte, relatou à CGU (Controladoria-Geral da União) que o pastor Arilton Moura fez "insinuações" de pagamento de propina durante encontros entre os dois no ano passado. "As insinuações do sr. Arilton nunca trataram de números, mas sim de frases como 'me ajude que eu te ajudo'", afirmou Ponte em depoimento prestado aos auditores do governo federal em outubro do ano passado. A conclusão de uma investigação da CGU sobre suspeitas de irregularidades no Ministério da Educação foi compartilhada ontem com o Supremo Tribunal Federal, onde tramita inquérito sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia acerca do caso. De acordo com o dirigente do FNDE, ao cumprir viagens a estados e municípios, ele ouvia de "parlamentares, prefeitos, assessores etc, que o sr. Arilton prometia ao município algum tipo de benefício" como resultado de visitas institucionais. **PÁGINA 3**

CNI

Confiança do empresário industrial sobe 1,4 ponto

A indústria brasileira apresentou aumento no índice que mede a confiança do empresário do setor, pela primeira vez em 2022. Os dados relativos ao Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) foram divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O ICEI passou de 55,4 pontos em março para 56,8 pontos em abril, avançando 1,4 ponto percentual: "o avanço de 1,4 ponto reverte a queda de 1,3 ponto no primeiro trimestre deste ano", informa a CNI. A entidade explica que o ICEI varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança no cenário econômico. Abaixo dessa margem, indica falta de confiança. Segundo o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o índice avançou, após uma sequência de três recuos. Em parte, essa melhora é explicada pela visão dos empresários em relação ao momento atual da economia. **PÁGINA 2**

EUA

Ataque em metrô de NY deixa 23 feridos

O tiroteio em uma estação de metrô de Nova York, nos Estados Unidos, ontem, que deixou 23 pessoas feridas, acontece em meio a um cenário de crescente violência no sistema metroviário da cidade americana, o que já pressionava as autoridades locais por medidas que promovam a segurança pública. Relatório divulgado pela Autoridade Metropolitana de Transportes (MTA, na sigla em inglês) em janeiro mostra que os assassinatos nesse ambiente cresceram 33%

em 2021 em comparação com o ano anterior. Oito pessoas foram mortas no metrô de Nova York no último ano, duas a mais que em 2020. A cifra é a maior desde 2005, quando cinco foram assassinadas. Número ainda mais expressivo é o de agressões: 461 foram relatadas em 2021, 30 das quais de vítimas empurradas nos trilhos. O dado exibe aumento de 30% em relação ao ano anterior e é o maior desde 1998, quando 418 agressões foram contabilizadas. **PÁGINA 4**

IBGE

Setor de serviços cai 0,2% em fevereiro e frustra expectativas



Em um novo sinal de perda de fôlego, o volume do setor de serviços no Brasil recuou 0,2% em fevereiro, na comparação com janeiro, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a segunda retração em sequência. Com isso, o setor acumulou perda de 2% nos dois primeiros meses de 2022. O resultado de fevereiro frustrou as expectativas do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 0,7%. "Nas últimas sete informações, ou seja, desde agosto de 2021, há cinco taxas negativas e apenas duas positivas. Isso confere menor ritmo ao setor de serviços", disse Rodrigo Lobo (foto), gerente de pesquisa do IBGE. Mesmo com o novo recuo, o segmento ainda está 5,4% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. O setor de serviços envolve uma grande variedade de negócios no país. Vai de bares, restaurantes e hotéis a instituições financeiras, empresas de tecnologia e de transportes. A divulgação desta terça é a primeira após o IBGE atualizar o modelo de ajuste sazonal da pesquisa. Conforme o instituto, o procedimento é padrão em levantamentos do tipo e busca aprimorar as informações investigadas. Houve uma forte revisão no volume de serviços em janeiro. O resultado do mês, estimado inicialmente em recuo de 0,1%, passou para contração de 1,8%. **PÁGINA 2**

ALESP



Conselho de ética aprova cassação de Arthur do Val

O conselho de ética da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou por unanimidade a proposta de cassação do mandato do deputado Arthur do Val (União Brasil) (foto) por quebra de decoro parlamentar. A punição sugerida segue a pena proposta pelo relator do caso, deputado delegado Olim (PP). A aprovação pelo colegiado ocorreu em reunião na tarde desta terça-feira, concluindo a atuação do grupo no processo ao qual Arthur responde em razão de falas sexistas sobre mulheres ucranianas. A cassação do mandato dele, porém, não ocorre imediatamente. A decisão do conselho de ética segue para a Mesa Diretora da Alesp, que precisa dar o aval para o caso seguir ao plenário, em forma de um projeto de resolução. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,69% / 116.146,86 / -805,99 / Volume: 24.695.895.513 / Quantidade: 3.461.062										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.212,00	IGP-M	1,74% (mar.)	EURO turismo		
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,62% (mar.)	Compra: 5,0849	Venda: 5,2649		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	11,75%	0,35	até o dia 12/abr	Compra: 4,6477	Venda: 4,6483		
CIELO ON NM	3,61	+4,03	+0,14	CIELO ON NM	3,61	+4,03	+0,14	CIELO ON NM	3,61	+4,03	+0,14	NASDAQ Composite	13.371,571	-0,30	Compra: 4,6760	Venda: 4,6766		
COGNA ON ON NM	2,79	+4,49	+0,12	COGNA ON ON NM	2,79	+4,49	+0,12	COGNA ON ON NM	2,79	+4,49	+0,12	Euro STOXX 50	3.831,72	-0,05	Compra: 4,6613	Venda: 4,8413		
ULTRAPAR ON NM	14,14	+3,21	+0,44	ULTRAPAR ON NM	14,14	+3,21	+0,44	ULTRAPAR ON NM	14,14	+3,21	+0,44	CAC 40	6.537,41	-0,28				
ASSAI ON NM	16,45	+2,81	+0,45	ASSAI ON NM	16,45	+2,81	+0,45	ASSAI ON NM	16,45	+2,81	+0,45	FTSE 100	7.576,66	-0,55				
PETZ ON NM	16,65	+1,65	+0,27	PETZ ON NM	16,65	+1,65	+0,27	PETZ ON NM	16,65	+1,65	+0,27	DAX 30	14.124,95	-0,48				

MERCADOS



Dólar cai pela terceira vez seguida e fecha em R\$ 4,67; Bolsa cai 0,69%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os juros altos no Brasil seguraram as tensões no mercado externo e fizeram o dólar cair pela terceira vez seguida. A bolsa de valores teve um dia mais tenso e voltou a fechar em baixa, influenciada pelas bolsas norte-americanas perto do fim das negociações.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 4,677, com queda de R\$ 0,014 (-0,29%). A cotação começou o dia em forte baixa, chegando a cair para R\$ 4,62 na mínima da sessão, por volta das 10h, mas o ritmo de queda diminuiu após a abertura do mercado norte-americano.

Com o desempenho de ontem, o dólar acumula baixa de 1,76%. Em 2022, a divisa recua 16,12%.

O mercado de ações teve um dia mais pessimista. O In-

dice Bovespa, fechou aos 116.147 pontos, com queda de 0,69%. O indicador abriu em alta, mas recuou à medida que as bolsas norte-americanas caíram após a divulgação de dados da inflação nos Estados Unidos.

A divulgação de que a inflação norte-americana em março continua no maior nível em 40 anos trouxe tensão aos mercados externos. Aumentaram as apostas de que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) suba os juros mais agressivamente que o previsto. Taxas mais altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil.

A instabilidade no mercado de ações só não chegou ao dólar porque os juros básicos no Brasil estão no maior nível desde 2017.

FEVEREIRO

Setor de serviços recua 0,2% e frustra expectativas

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Em um novo sinal de perda de fôlego, o volume do setor de serviços no Brasil recuou 0,2% em fevereiro, na comparação com janeiro, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É a segunda retração em sequência. Com isso, o setor acumulou perda de 2% nos dois primeiros meses de 2022.

O resultado de fevereiro frustrou as expectativas do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 0,7%.

"Nas últimas sete informações, ou seja, desde agosto de 2021, há cinco taxas negativas e apenas duas positivas. Isso confere menor ritmo ao setor de serviços", disse Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Mesmo com o novo recuo, o segmento ainda está 5,4% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

O setor de serviços envolve uma grande variedade de negócios no país. Vai de bares, restaurantes e hotéis a instituições financeiras, empresas de tecnologia e de transportes.

A divulgação desta terça é a primeira após o IBGE atualizar o modelo de ajuste sazonal da pesquisa.

Conforme o instituto, o procedimento é padrão em levantamentos do tipo e busca aprimorar as informações investigadas.

Houve uma forte revisão no

volume de serviços em janeiro. O resultado do mês, estimado inicialmente em recuo de 0,1%, passou para contração de 1,8%.

"Não se sabe se (o ajuste) é pela troca de modelo ou se a própria entrada da informação de fevereiro provocou essa revisão mais forte. Não dá para distinguir isso", ponderou Lobo.

VERMELHO

A baixa de 0,2% em fevereiro foi acompanhada por duas das cinco atividades de serviços analisadas pelo IBGE.

Os serviços de informação e comunicação recuaram 1,2%, respondendo pela principal influência negativa no mês. Enquanto isso, o ramo de outros serviços caiu 0,9%.

Fevereiro marcou a terceira baixa consecutiva dos serviços de informação e comunicação.

Ao longo da pandemia, foi justamente essa atividade que puxou a recuperação do setor como um todo, destacou Lobo.

Conforme o pesquisador, os serviços de informação e comunicação tiveram estímulos com a corrida de empresas por digitalização em meio a medidas de isolamento social.

Agora, a atividade dá indícios de redução de ritmo. Mesmo assim, os serviços de informação e comunicação permanecem acima do pré-pandemia, em patamar 8,6% superior ao de fevereiro de 2020.

"A perda de fôlego nesse segmento é determinante para entender a perda de fôlego do setor

como um todo", indicou Lobo.

No sentido oposto, transportes, armazenagem e correio (2%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (1,4%) avançaram em fevereiro.

Já os serviços prestados às famílias tiveram uma leve variação positiva de 0,1%. Esse ramo sofreu um duro golpe com a chegada da pandemia, já que reúne empresas dependentes do contato direto com clientes. Bares, restaurantes e hotéis fazem parte da lista.

Em janeiro, o segmento dos serviços prestados às famílias havia recuado 1%, interrompendo uma sequência de nove taxas positivas. A atividade ainda está 14,1% abaixo do pré-pandemia.

Na visão de analistas, a recuperação do ramo é ameaçada por variáveis como inflação persistente, renda frágil e juros elevados.

INFLAÇÃO

Lobo sinalizou que a escalada inflacionária já mostra efeitos sobre os serviços. Nesse sentido, o pesquisador lembrou que os preços do setor vêm subindo nos últimos meses.

Segundo ele, a perda do poder aquisitivo também pode fazer com que as famílias deixem de consumir determinados serviços, priorizando a compra de bens de primeira necessidade.

"O efeito inflacionário funciona como pressão direta e indireta sobre o setor", pontuou.

O IBGE ainda informou que, na comparação com fevereiro de 2021, os serviços registraram

alta de 7,4%. Foi a 12ª taxa positiva em sequência nesse tipo de recorte.

Analistas, contudo, projetavam uma alta maior. A mediana das estimativas era de 8,5%, conforme a Bloomberg.

No acumulado de 12 meses, o volume do setor teve crescimento de 13% até fevereiro.

NOVO INDICADOR

Ontem, o IBGE divulgou pela primeira vez um indicador de transporte por tipo de uso: passageiros ou cargas.

Na comparação com janeiro, o transporte de passageiros cresceu 1,1%. Assim, registrou a quarta taxa positiva em sequência, com ganho acumulado de 20,6% a partir de novembro.

No entanto, ainda opera 28,9% abaixo do ponto mais alto da série, ocorrido em fevereiro de 2014.

Já o transporte de cargas avançou 2,5% em fevereiro. A atividade atingiu a quinta taxa positiva seguida, com ganho acumulado de 10,2%. Essa sequência fez o indicador alcançar o ponto mais alto da série, com dados desde 2011.

"Esse recorde ocorre na esteira do boom do comércio eletrônico, escoamento de produtos agrícolas e deslocamento de insumos e bens industriais pelos diversos modais de carga: rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo", afirmou Lobo.

O transporte de cargas está 21,4% acima do pré-pandemia. Já o de passageiros ainda está 6,2% abaixo de fevereiro de 2020.

CÂMARA

Projeto que prorroga Pronampe é aprovado

IDIANA TOMAZELLI E DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto que prorroga até o fim de 2024 o uso de recursos emergenciais para alavancar empréstimos do Pronampe, programa que busca facilitar o crédito a micro e pequenas empresas.

A medida vinha sendo costurada com o Ministério da Economia e faz parte do cardápio de iniciativas que, segundo o ministro Paulo Guedes, poderá irrigar empresas com R\$ 100 bilhões em crédito. A proposta foi aprovada por 447 votos a 9, com apoio de partidos aliados e da oposição.

O Pronampe foi criado em 2020, no início da pandemia da Covid-19, para socorrer pequenos empresários que tiveram queda brusca nas receitas e, ao mesmo tempo, ficaram sem acesso a crédito barato devido à crise.

Para viabilizar taxas de juros mais baixas em um momento de elevada incerteza, o governo federal fez um aporte bilionário de recursos no FGO (Fundo Garantidor de Operações), que ficaria responsável por honrar os pagamentos em caso de inadimplência.

Os fundos garantidores ajudam a cobrir eventuais prejuízos das instituições financeiras. Isso ajuda sobretudo empresas que não têm garantias tão sólidas e, por isso, ficam sem acesso a crédito com baixo custo.

O desenho do programa foi considerado extremamente bem-sucedido pelo governo, pelos empresários e por parlamentares, que trataram de aprovar uma lei em 2021 tornando o Pronampe uma política oficial e permanente de crédito.

As novas contratações de operações, no entanto, precisavam respeitar o prazo de 31 de dezembro do ano passado.

Em ano eleitoral, o governo Jair Bolsonaro (PL) já vinha sendo pressionado pelos setores empresariais a destravar os programas de crédito voltados a micro e pequenas empresas.

A proposta em votação nesta terça na Câmara prorroga essa data até 31 de dezembro de 2024.

Com isso, os recursos aportados pelo governo por meio de crédito extraordinário - fora do alcance da regra fiscal do teto de gastos - seriam devolvidos só a partir de 2025 para os cofres do Tesouro Nacional. A verba terá de ser usada para abater dívida pública.

O projeto ainda precisará passar por nova votação no Senado, onde foi proposto originalmente, devido às alterações feitas pelos deputados.

Desde 2021, todas as operações de crédito contratadas pelo Pronampe têm taxas de juros de até 6% mais a Selic, hoje em 11,75% ao ano. A taxa ainda é apontada como vantajosa pela equipe econômica, pois fica abaixo do cobrado em outras linhas ofertadas pelos bancos.

O relator na Câmara, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), também incorporou em seu parecer uma autorização para o governo aportar recursos do Orçamento no FGO, para evitar que no futuro o fundo fique sem recursos para dar continuidade às operações.

Para isso, porém, o governo dependerá de disponibilidade no Orçamento e no teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.

"Estou permitindo o aporte de recursos ordinários, mas isso depende de reserva orçamentária. Estamos criando um programa permanente", afirmou.

Bertaiolli também incluiu uma dispensa ampla de certidões negativas de débito para a contratação das novas operações ou renegociações, à exceção de eventuais dívidas previdenciárias. Isso vai permitir que companhias com pendências trabalhistas tenham acesso a crédito, por exemplo.

O relator ainda prevê em seu texto a retomada do PEC (Programa de Estímulo ao Crédito), programa que incentiva a concessão de crédito para microempresas ou companhias de pequeno e médio porte.

ABRACICLO

Produção de motocicletas tem alta de 37% no primeiro trimestre

A produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus teve um crescimento de 37,8% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2021. Foram fabricadas, de janeiro a março, 327,1 mil veículos de duas rodas, segundo balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Em março, a produção de motocicletas superou em 8,4% os resultados do mesmo mês de 2021, com a fabricação de 136,5 mil unidades. Para o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, a alta neste início de ano

compensa as perdas enfrentadas durante a pandemia de Covid-19. "Conseguimos recuperar um pouco do que nós perdemos nos meses anteriores", enfatizou durante a apresentação dos dados.

Apesar da melhora, Fermanian afirmou que a indústria de motos ainda busca retomar os patamares de 2011, quando chegaram a ser fabricadas mais de 2 milhões de unidades por ano. "Ainda estamos muito distante do nosso período alvo. A perspectiva é que gradualmente a gente continue avançando e chegue no patamar de 2 milhões novamente", disse.

Segundo o presidente da

Abraciclo, a indústria ainda é afetada pelos problemas logísticos causados pela pandemia. No entanto, ele acredita que este não será um entrave para a expansão do setor de motos neste ano. "Cada marca tem lidado com pequenos entraves no dia a dia. De forma geral nossa indústria tem conseguido suplantar essas dificuldades, em linhas gerais estamos conseguindo avançar bem este ano", avaliou.

As vendas de motos novas cresceram 33,7% no primeiro trimestre do ano em relação o período de janeiro a março de 2021, com o emplacamento de 274,6 mil unidades.

As exportações tiveram queda de 19,6% nos primeiros três meses do ano, com a venda de 10,5 mil unidades para o exterior.

A produção de bicicletas teve elevação de 7,1% no primeiro trimestre de 2022 na comparação com o mesmo período do ano passado, o que representa a fabricação de 183 mil unidades.

De acordo com o vice-presidente de bicicletas da Abraciclo, Cyro Gazola, o setor ainda enfrenta problemas no abastecimento de peças e componentes causando pela pandemia. Porém, a perspectiva é de que seja possível alcançar uma produção 17% maior do que a de 2021.

CNI

Confiança do empresário industrial avança 1,4 ponto

A indústria brasileira apresentou aumento no índice que mede a confiança do empresário do setor, pela primeira vez em 2022. Os dados relativos ao Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) foram divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O ICEI passou de 55,4 pontos em março para 56,8 pontos em abril, avançando 1,4 ponto percentual: "o avanço de 1,4 ponto reverte a queda de 1,3 ponto no

primeiro trimestre deste ano", informa a CNI.

A entidade explica que o ICEI varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança no cenário econômico. Abaixo dessa margem, indica falta de confiança.

Segundo o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o índice avançou, após uma sequência de três recuos. Em parte, essa melhora é explicada pela visão dos empresários

em relação ao momento atual da economia.

Neste mês, Índice de Condições Atuais, que compõe o ICEI e mede a percepção sobre as condições nos últimos seis meses, subiu um ponto e ficou em 49,9 pontos.

Por estar muito próximo da linha divisória dos 50 pontos, o indicador mostra uma percepção neutra das condições atuais em relação aos seis meses passados, ao contrário, do que vi-

nha ocorrendo desde o início no ano, quando a visão era mais negativa", explica Azevedo.

Já o Índice de Expectativas, que reflete a perspectiva do empresário para os seis meses futuros, avançou 1,6 ponto, para 60,2 pontos, em abril.

O levantamento da CNI entrevistou 1.459 empresas entre os dias 1 e 7 de abril de 2022. Deste total, 564 são de pequeno porte; 577 de porte médio; e 318 de grande porte.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

ALESP

Conselho de ética aprova cassação de Arthur do Val

BRUNO B. SORAGGI/FOLHAPRESS

O conselho de ética da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou por unanimidade a proposta de cassação do mandato do deputado Arthur do Val (União Brasil) por quebra de decoro parlamentar. A punição sugerida segue a pena proposta pelo relator do caso, deputado delegado Olim (PP).

A aprovação pelo colegiado ocorreu em reunião na tarde desta terça-feira, concluindo a atuação do grupo no processo ao qual Arthur responde em razão de falas sexistas sobre mulheres ucranianas.

A cassação do mandato dele, porém, não ocorre imediatamente. A decisão do conselho de ética segue para a Mesa Diretora da Alesp, que precisa dar o aval para

o caso seguir ao plenário, em forma de um projeto de resolução.

O texto, então, precisa ser pautado pelo presidente da Casa, Carlão Pignatari (PSDB), e obter maioria simples (voto favorável de 48 deputados) para ser aprovado.

Se isso ocorrer, Arthur perde o seu mandato. Mas no plenário os deputados podem rever a decisão do conselho e alterar a punição, que também pode ser uma advertência, uma censura ou a suspensão do mandato por um tempo determinado.

Antes de o colegiado se reunir, manifestantes contrários à cassação de Arthur fizeram um ato do lado de fora da Assembleia.

O encontro foi convocado pelo próprio deputado em suas redes sociais, em vídeos nos quais chamou a sua situação de "emergência" e pedia a simpatizantes que procurassem os deputados do conselho de ética (por email ou telefone) dizerem que a perda do mandato era uma medida exagerada.

Arthur do Val, também conhecido como Mamãe Falei, virou alvo de processo na Comissão de Ética por causa das falas que ele enviou a um grupo de WhatsApp após uma viagem à Ucrânia, que enfrenta uma guerra contra a Rússia.

Nos áudios, ele diz que as mulheres ucranianas são fáceis "porque são pobres". Nas mensagens, Arthur também afirma que a fila de refugiados da guerra tem mais mulheres bonitas do que a "melhor balada do Brasil".

O colegiado recebeu 21 representações pedindo a cassação do mandato dele por quebra de decoro parlamentar. A defesa do deputado argu-

mentou que os áudios foram vazados illicitamente, que o Conselho de Ética não teria competência para julgar o caso -já que as falas foram feitas fora do Brasil- e que o deputado estava licenciado do cargo quando o episódio ocorreu.

Aliados de Mamãe Falei também argumentam que a cassação é uma punição exagerada. Como comparação, citam o caso do também deputado estadual paulista Fernando Cury (União Brasil), que apalçou a colega Isa Penna (PCdoB) no plenário da Assembleia e acabou sendo punido com a suspensão de seis meses do mandato.

A crise gerada pelas falas fez com Arthur desistir de ser pré-candidato ao Governo de SP, deixar o Podemos e, oficialmente, se desligar do MBL (Movimento Brasil Livre).

UM QUILO

Polícia Civil diz ter apreendido urânio que seria vendido pelo PCC

ALFREDO HENRIQUE/FOLHAPRESS

A Polícia Civil apreendeu na última sexta-feira cerca de um quilo de um material ofertado por dois homens como urânio. Os dois suspeitos foram presos em uma casa em Guarulhos, na Grande São Paulo. Eles afirmaram aos policiais que pretendiam fazer a venda por intermédio da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

Demerval Rodrigues, coordenador de Segurança Nuclear, Radiológica e Física do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares), disse que amostras do material recolhido pela polícia foram encaminhadas para análise em laboratório.

Até a conclusão das análises, o instituto não comentará o caso.

Um homem, que afirma trabalhar na área de metais e minerais, procurou o 3º DP de Guarulhos, na sexta, afirmando ter recebido uma proposta para comprar, ilegalmente, "material radioativo".

Durante a conversa, feita via aplicativo de mensagens, o denunciante percebeu que o suposto material oferecido pelos suspeitos seria urânio.

O autor da denúncia, cuja profissão e identidade não foram reveladas pela polícia, acrescentou que os suspeitos propuseram vender o material "utilizado para dispositivos bélicos", de acordo com registros policiais, por US\$ 90 mil o quilo (cerca de R\$ 422 mil).

A dupla, ainda de acordo com a denúncia, afirmou que teria um quilo do produto, disponível como amostra, e que dispunham em estoque de duas toneladas do material.

Com base nas informações, dois policiais foram até uma casa no bairro Vila Barros, por volta das 14h30, e conversaram com um dos suspeitos, de 34 anos, natural do Acre.

O homem, segundo registros do 3º DP, pediu para que os policiais entrassem no imóvel, sem saber que eles eram investigadores, para que vissem a suposta amostra de urânio.

Dentro da casa, os policiais encontraram o segundo suspeito, um operador de máquinas de 41 anos, que manuseava pedras "que realmente tinham

aparência idêntica ao metal urânio em estado bruto", afirma trecho do relato dos agentes.

Os investigadores encontraram e apreenderam um documento que indicaria a legitimidade do mineral, além de prender os suspeitos.

O Ipen foi acionado, para analisar o material.

O suspeito de 41 anos relatou, em depoimento, ter trazido o urânio do Acre para São Paulo e que receberia R\$ 10 mil pelo serviço.

O outro suspeito, de 34 anos, afirmou que o PCC teria financiado sua viagem, de Rondônia até São Paulo, para comercializar o material.

Ambos foram presos com base na lei federal 6.453, de outubro de 1977, na qual consta ser proibido "produzir, processar, fornecer ou usar material nuclear sem a necessária autorização ou para fim diverso do permitido em lei", com pena de 4 a 10 anos de prisão.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública afirmou, na tarde desta segunda, que o caso seria encaminhado à Justiça Federal.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Justiça Federal afirmou não ter localizado nenhum processo sobre o caso, até a publicação desta reportagem.

O Ministério Público Federal também afirmou não ter sido acionado para acompanhar desdobramentos da ocorrência, até o momento.

Especialista em compostos químicos, Luís Roberto Brudna Hölzle, professor da Unipampa (Universidade Federal do Pampa), do Rio Grande do Sul, afirmou "não ser saudável" manusear urânio, inclusive em estado natural, por não se saber a concentração e provável radiação presente no mineral.

Sobre o caso de Guarulhos, ele afirmou só poder comentar após a conclusão dos laudos técnicos, previstos para esta terça, como afirmado à reportagem pelo Ipen.

O especialista disse ainda serem remotas as possibilidades de criminosos fazerem eventuais bombas, usando urânio, pelo fato de o processo demandar muito conhecimento técnico, equipamentos específicos, além de quantidade elevada do insumo.

FRAUDE NO MEC

Presidente do FNDE diz que pastor fez insinuações de propina

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Marcelo Lopes da Ponte, relatou à CGU (Controladoria-Geral da União) que o pastor Arilton Moura fez "insinuações" de pagamento de propina durante encontros entre os dois no ano passado.

"As insinuações do sr. Arilton nunca trataram de números, mas sim de frases como 'me ajude que eu te ajudo'", afirmou Ponte em depoimento prestado aos auditores do governo federal em outubro do ano passado.

A conclusão de uma investigação da CGU sobre suspeitas de irregularidades no Ministério da Educação foi compartilhada ontem com o Supremo Tribunal Federal, onde tramita inquérito sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia acerca do caso.

De acordo com o dirigente do FNDE, ao cumprir viagens a estados e municípios, ele ouvia de "parlamentares, prefeitos, assessores etc, que o sr. Arilton prometia ao município algum ti-

po de benefício" como resultado de visitas institucionais realizadas em Brasília.

Ponte disse à Controladoria que o primeiro contato com o pastor ocorreu em fevereiro do ano passado e que ele se apresentou "por meio do MEC (Ministério da Educação)".

Sustentou que a relação sempre foi "burocrática e institucional" e que "nunca deixou prosperar as insinuações". Tão logo as ouviu, afirmou Ponte, o assunto foi comunicado ao secretário-executivo do MEC e atual ministro interino, Victor Godoy, e ao então titular da pasta, Milton Ribeiro.

Prefeitos apontam a existência de um balcão de negócios na pasta da Educação para liberar verbas do FNDE. Tal balcão seria operado por pastores ligados ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo administradores municipais, o esquema priorizava a liberação de valores para gestores próximos a pastores e a prefeituras indicadas pelo centro, bloco de sustentação ao governo.

No final de março, Ribeiro confirmou em depoimento à Polícia Federal que Bolsonaro pediu a ele que recebesse um pastor suspeito de atuar nesse balcão de negócios.

O ex-ministro pediu demissão do cargo após o caso vir à tona e a Folha de S.Paulo revelar áudio em que afirmava que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba fossem negociados por pastores. Ribeiro negou, no entanto, tratamento privilegiado.

Assinado por três servidores, o relatório final da apuração da CGU é de março. O órgão concluiu que não foram encontrados indícios de irregularidades cometidas por parte de servidores públicos da Educação.

"Cumprir registrar que a comissão logrou comprovar que não foi constatada irregularidade nas ações adotadas no âmbito do Ministério da Educação", afirmou a Controladoria.

"Quanto ao pedido de vantagem indevida, não há prova testemunhal no sentido de que terceiros presenciaram pedidos ir-

regulares formulados pelo pastor, mas somente do próprio presidente do FNDE, Marcelo Lopes da Ponte, o qual cumpriu seu dever funcional em comunicar imediatamente a situação às instâncias competentes."

Em relação a Arilton, os auditores federais afirmaram que a "sugestão" feita por ele ("me ajude que eu te ajudo"), "embora pareça ser um tanto genérica, pode ao menos em tese, autorizar a leitura de oferta de vantagem indevida a funcionário público".

O Código Penal diz, em seu artigo 333, que é crime "oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determinar-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício".

A conduta, portanto, "independe do efetivo recebimento da vantagem indevida ofertada", frisou a controladoria. A pena pode chegar a oito anos mais pagamento de multa.

A comissão encarregada da investigação sugeriu o encaminhado da investigação ao Ministério Público Federal ou à Polícia Federal.

HÁ VAGA

Fachin inova e faz sabatinas para indicados ao TSE antes de lista tríplice

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, sabatinou advogados antes de formar a lista tríplice para preencher a vaga aberta com a saída do ex-ministro Carlos Velloso Filho.

Com base nas conversas, 20 foram selecionados e serão escolhidos, posteriormente, por votação no Supremo Tribunal Federal.

A escolha costuma ser feita

pelo presidente da Corte, com apadrinhamento de juristas e políticos. Para dar transparência, Fachin encarregou a secretária-geral do TSE, Christine Peter, que o acompanha desde que ele tomou posse no STF, de conversar com os nomes que se apresentaram.

Segundos relatos, alguns dos advogados ficaram surpresos por estarem disputando a vaga com tantos nomes. Outros não imaginavam que estariam na lista.

Agora, o STF escolherá três,

que serão encaminhados ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Entre os nomes está, por exemplo, André Callegari, que se notabilizou pela defesa de denunciados pela Lava Jato, como os irmãos Joesley e Wesley Batista no episódio envolvendo o ex-presidente Michel Temer.

Também consta Flávio Pansieri, que já advogou pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, após seu nome ter sido citado na delação da construtora Galvão Engenharia. Pansieri já

foi sócio do genro de Barros e diretor da Escola Judiciária do TSE.

A lista conta ainda com Gustavo Severo, que já defendeu o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e Fabrício Medeiros, que chegou a ser o anfitrião, em 2021, de uma reunião de dirigentes partidários para a definição de uma candidatura única para a terceira via.

O escolhido ocupará a vaga do ex-ministro Carlos Velloso. Ele renunciou em março, por motivos de saúde.

Nota

LULA PROMETE MINISTÉRIO A INDÍGENAS E FAZ MEA-CULPA EM VISITA A ACAMPAMENTO

O ex-presidente Lula (PT) prometeu ontem criar um ministério específico para tratar de causas dos povos indígenas caso seja eleito para a Presidência da República nas eleições deste ano. O petista participou do Acampamento Terra Livre, que reúne diversas populações tradicionais. Antes de discursar, ele foi cobrado por ações de seu governo, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que fica na bacia do Rio Xingu. Em sua fala, Lula fez uma mea-culpa sobre o que deixou de ser feito quando esteve no governo federal, mas exaltou suas realizações para os indígenas.

◆ Certamente os governos do PT não fizeram tudo o que deveria

ser feito, mas certamente ninguém fez mais do que nós fizemos", disse. O ex-presidente disse que deixou a chefia do Executivo há 12 anos e que, nesse período, aprendeu "o que a gente sabe que fez, o que a gente sabe que não fez e o que poderia ter feito". "E agora vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente criou o dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que a gente não pode criar o ministério para discutir as questões indígenas?", afirmou. Segundo Lula, o ministro da pasta será algum integrante das populações tradicionais. "Não vai ser branco como eu ou uma galega como a Gleisi (Hoffmann). Terá que ser um índio ou uma índia. Será alguém para poder dirigir da mesma forma que fizemos o Ministério da Igualdade Racial."

QUEIXA

PSDB cobra Ricardo Nunes por perda de espaço na Prefeitura

Lideranças do PSDB em São Paulo têm questionado o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), a respeito do que veem como perda do espaço do partido na administração municipal desde a morte do tucano Bruno Covas, em maio do ano passado.

Mais recentemente, o PSDB perdeu, por exemplo, Edson Aparecido, quadro histórico dos tucanos na cidade, que migrou para o MDB a convite de Nunes. Ele vinha atuando como secretário municipal de Saúde e poderá ser vice de Rodrigo Garcia (PSDB) na disputa pelo Governo de São Paulo.

Após a exoneração de Orlando Faria da Secretaria de Habitação, em novembro do ano passado, o controle da pasta foi passado ao Republicanos, de João Farias.

Para além das mudanças no primeiro escalão, outras também foram feitas em postos inferiores e atingiram membros do grupo tucano. Pedro Henrique Barbieri, que era próximo de Covas, foi exonerado em fevereiro após viajar a Abu Dha-

bi sem autorização de seu superior. Na segunda-feira passada, Nunes recebeu Fernando Alfredo, presidente do diretório municipal do PSDB, Dika Vidal, vice-presidente do PSDB-SP, Carlos Balotta, secretário-geral da legenda em São Paulo, e Orlando Faria.

O encontro foi marcado para que fosse feita a entrega do convite para evento em homenagem a Covas nesta terça-feira. Os tucanos então aproveitaram para externar ao prefeito a insatisfação com o que veem como redução da influência do PSDB na administração municipal. Eles dizem que os tucanos raramente são ouvidos sobre os rumos da gestão.

Com as saídas de secretários para disputar as eleições, o grupo que orbitava Covas vê a oportunidade de recomposição do espaço perdido no último ano. Eles entendem que a manutenção da influência da equipe deve fazer parte do reconhecimento ao fato de que a chapa foi eleita com Covas e Nunes, com participação conjunta de PSDB e MDB.



ADESÃO

Governador diz que recuperação fiscal do Estado está bem

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse ontem que a adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal "está muito bem encaminhada", e avaliou como secundárias as questões que ainda são entaves junto ao Ministério da Economia. Castro participou de um almoço promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro para a entrega do prêmio Empresário do Ano de 2022 ao fundador da Multiplan, José Isaac Peres.

O governo fluminense apresentou ao ministério, no ano passado, o Plano de Recuperação Fiscal aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Entretanto, o teto de gastos previsto e o triênio dos servidores estaduais ainda são motivos de impasse.

"A parte econômica (do Ministério da Economia) já deu o ok. Então, o plano já para de pé, já é sustentável. O que a gente tem são duas questões jurídicas totalmente marginais ao plano", disse o governador.

"A parte econômica aprovou e a parte jurídica desaprovou", ressaltou.

Castro disse que os dois pontos questionados foram modificados no plano durante a discussão na Assembleia Legislativa. "Eu entendo que a assembleia fez o correto, e não deveriam duas questões totalmente secundárias impedirem o Rio de entrar no regime".

CONCILIAÇÃO

A divergência será objeto de uma audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) no próximo dia 25. O estado obteve uma liminar junto ao ministro Dias Toffoli impedindo que a União ex-

cute suas dívidas por três meses e inscreva o estado no cadastro de inadimplentes. A decisão também assegurou que o estado permaneça no Regime de Recuperação Fiscal pelo mesmo período.

Ao conceder a liminar, o ministro pontuou que, apesar de manifestação desfavorável ao plano, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) reconheceu que o governo fluminense cumprira exigências referentes à limitação das despesas primárias, à adoção de gestão financeira centralizada e à privatização de estatais.

O Rio de Janeiro aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal em 2017, como forma de reequilibrar suas contas após uma severa crise financeira. O plano prevê a suspensão do pagamento de dívidas com a União e impõe medidas que levam a redução de gastos, como congelamento de salários e privatizações. No caso do Rio, uma das exigências era a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), que ocorreu no ano passado.

Em 2020 e 2021, o Congresso aprovou alterações no regime, abrindo as exigências e aumentando de 6 para 10 anos a duração do regime especial, com 1 ano de prazo para a apresentação de um novo plano de ajuste.

Com as mudanças, o Rio de Janeiro apresentou um novo Plano de Recuperação Fiscal para alongar a dívida por mais tempo e fazer ajustes com regras mais brandas que no plano original. O novo plano permitiria a reprogramação de mais R\$ 52,5 bilhões da dívida com a União até 2030, além dos R\$ 92 bilhões suspensos atualmente.

NOVA YORK

Ataque em metrô ocorre diante onda de violência

O tiroteio em uma estação de metrô de Nova York, nos Estados Unidos, ontem, que deixou 23 pessoas feridas, acontece em meio a um cenário de crescente violência no sistema metroviário da cidade americana, o que já pressionava as autoridades locais por medidas que promovam a segurança pública.

Relatório divulgado pela Autoridade Metropolitana de Transportes (MTA, na sigla em inglês) em janeiro mostra que os assassinatos nesse ambiente cresceram 33% em 2021 em comparação com o ano anterior.

Oito pessoas foram mortas no metrô de Nova York no último ano, duas a mais que em 2020. A cifra é a maior desde 2005, quando cinco foram assassinadas. Número ainda mais expressivo é o de agressões: 461 foram relatadas em 2021, 30 das quais de vítimas empurradas nos trilhos. O dado exibe aumento de 30% em relação ao

ano anterior e é o maior desde 1998, quando 418 agressões foram contabilizadas.

Por dia, 4,8 episódios de violência ocorreram em estações da cidade mais populosa dos EUA. A conta inclui assassinatos e agressões, bem como casos de roubo e estupro. Pelo menos oito pessoas foram abusadas sexualmente no sistema de metrô, e 529, roubadas.

Outro cálculo produzido pela MTA e publicado pelo jornal americano The New York Times ilustra que, somente nos três primeiros meses de 2021, ocorreu 1,63 crime violento no metrô para cada milhão de passageiros. O número é superior ao índice de 1,48 crime por milhão de passageiros no mesmo período de 2020 e ainda maior que a média de 1 crime por milhão no primeiro trimestre de 2019.

Especialistas, no entanto, sinalizam que o aumento do número de passageiros no último ano, quando as restrições sani-

tárias para conter a pandemia foram afrouxadas, deve ser levado em conta para analisar o crescimento da violência no transporte público.

Ao site noticioso Business Insider John DeCarlo, criminologista da Universidade de New Haven, de Connecticut, lembrou que o aumento das taxas de vacinação e o retorno ao trabalho presencial devem ser colocados na balança. "O número de passageiros é maior, e, em criminologia, um dos fatores mais importantes é a densidade populacional. Se há mais pessoas, haverá mais crimes."

Cerca de 78% dos residentes de Nova York já completaram o primeiro esquema vacinal, de acordo com dados oficiais atualizados. Entre os adultos, a parcela de pessoas com dose única ou duas doses chega a 87,5%. Já entre as crianças, fica em 58%. Cerca de 37% da população local também já recebeu a dose de reforço do imunizante.

A violência no transporte público se desdobrou em mais um problema com o qual o prefeito da cidade, o democrata Eric Adams, tem de lidar nos meses iniciais de sua gestão. Segundo prefeito negro a comandar a cidade, ele prometeu promoverá parcerias entre policiais e profissionais de saúde mental para mitigar o que chamou de distúrbio no sistema de metrô.

O democrata, um ex-capitão da polícia nova-iorquina, também anunciou em janeiro um pacote maior descrito como um plano para acabar com a violência armada em Nova York. A medida envolve o envio de equipes adicionais de agentes públicos a 30 das 77 delegacias da cidade.

Nova York registrou 488 assassinatos no último ano, um aumento de 5,6% em relação a 2020. Os tiroteios, que somaram 1.532 em 2020 - o dobro que no ano anterior -, aumentaram 2% em 2021, de acordo com estatísticas mais recentes da cidade.

GUERRA NA UCRÂNIA

Putin diz que negociações de paz estão em 'beco sem saída'

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse ontem que as negociações de paz com a Ucrânia chegaram a um "beco sem saída", usando seus primeiros comentários públicos sobre o conflito em mais de uma semana para prometer que suas tropas irão vencer e para provocar o Ocidente por não conseguir que Moscou desistisse de sua meta.

Ao falar sobre a guerra em público pela primeira vez desde que as forças russas se retiraram do norte da Ucrânia após serem bar-

radas nos arredores de Kiev, Putin prometeu que a Rússia irá atingir todos os seus "nobres" objetivos na Ucrânia.

No sinal mais forte até agora de que a guerra irá se estender por mais tempo, Putin disse que Kiev desestabilizou as negociações de paz ao encenar o que chamou de falsas acusações de crimes de guerra russos, e ao exigir garantias de segurança para a Ucrânia.

"Nós voltamos a uma situação de beco sem saída para nós", disse Putin, líder da Rússia desde 1999,

em um briefing à imprensa durante uma visita ao Cosmódromo Vostochny, 5.550 quilômetros ao leste de Moscou.

Questionado por trabalhadores da agência espacial russa se a operação na Ucrânia atingiria seus objetivos, Putin disse: "Absolutamente. Eu não tenho dúvidas".

A Rússia irá "ritmicamente e com calma" continuar sua operação, mas a conclusão estratégica mais importante é a de que a ordem internacional unipolar

que os Estados Unidos haviam construído após a Guerra Fria estava se rompendo, afirmou o líder russo.

Putin disse que a Rússia não tinha escolha a não ser lutar porque tinha que defender os falantes de russo do leste da Ucrânia e impedir que seu ex-vizinho soviético se tornasse um trampolim para inimigos de Moscou.

O Ocidente tem condenado a guerra como uma apropriação brutal de terras de estilo imperial visando um país soberano.

CRIME EM FAMÍLIA

Morte de Anderson foi motivada pelo controle sobre Flordelis

MATHEUS ROCHA/FOLHAPRESS

A delegada Bárbara Lomba Bueno afirmou ontem em julgamento do caso Flordelis que a motivação para a morte de Anderson do Carmo, em 2019, foi o poder que ele tinha acumulado sobre a vida da ex-deputada. Ela está presa desde agosto do ano passado e sob acusação de ter arquitetado a morte do marido.

Segundo a delegada, que era titular da delegacia de homicídio de Niterói na época do crime, o pastor exercia controle sobre diversos aspectos da vida de Flordelis dos Santos de Souza, sobretudo o financeiro. O controle, diz ela, aumentou após a pastora ter sido eleita deputada federal, em 2018. À época, Flordelis teve a quinta maior votação do estado. Foram mais de 196 mil votos.

"Quando ele consegue elegê-la, o poder dele se multiplica, cresce muito. Embora ele não tivesse posição formal dentro do gabinete, ele era o articulador político. Dizia onde ela tinha que sentar e para quem ela tinha que olhar", diz ela, acrescentando que ele dava esse tipo de orientação para que ela se aproximasse de nomes influentes da política.

"A Flordelis em certo momento já não tinha controle exclusivo sobre as coisas dela, só talvez sobre a remuneração como deputada, mas ela já não tinha controle sobre a própria vida financeira." Segundo a delegada, o núcleo da família que se voltou contra Anderson entendia que o que eles tinham havia sido construído graças à imagem de Flordelis. O poder, porém, estava concentrado nas mãos de

Anderson.

"Já havia descontentamento antes da eleição por causa do modo como o Anderson mandava nas coisas", diz a delegada. "Quando ela vira deputada, há uma decisão que a atuação de Anderson tinha que ser interrompida, mas não pela separação." Bueno explica que essa decisão foi tomada porque Flordelis considerava que a separação poderia macular a imagem de família tradicional que a pastora tentava transmitir.

Em uma troca de mensagens reveladas na investigação, a pastora diz que se separar não era uma opção. "Fazer o quê? Separar dele não posso, porque senão ia escandalizar o nome de Deus", escreveu ela.

Uma das estratégias da defesa de Flordelis é tentar desconstruir a imagem de Anderson, dizendo que a pastora e suas filhas foram vítimas de abusos sexuais, emocionais e patrimoniais. A delegada diz que, nos depoimentos, não colheu informações que corroborassem essa tese. "Essa informação de abuso não foi confirmada. Ninguém falou isso. Tinha relação consentida entre as pessoas, mas ninguém falou em abuso."

O julgamento do caso começou na manhã de ontem, com o depoimento da delegada. Dos cinco acusados, três são filhos da pastora: Adriano dos Santos (filho biológico de Flordelis), André Luiz de Oliveira e Carlos Ubiraci Francisco da Silva (filhos adotivos). O ex-PM Marcos Siqueira Costa e sua esposa Andreea Santos Maia também estão sentados no banco dos réus.

Nota

UNIVERSIDADE DO PORTO VAI DEMITIR PROFESSOR APÓS COMENTÁRIOS XENÓFOBOS CONTRA BRASILEIRAS

A Universidade do Porto está prestes a concluir o processo de demissão de um professor acusado de fazer comentários discriminatórios, incluindo declarações xenofóbicas contra alunas brasileiras. Entre as frases proferidas estariam comentários como "as mulheres brasileiras são uma mercadoria" e "sabem o que é uma caçadeira? É aquela arma que os homens usam para matar as mulheres". Estudantes acusaram Pedro Cosme da Costa Vieira, da

Faculdade de Economia, de incitação ao ódio e à violência, sobretudo contra mulheres, ciganos e imigrantes. O processo de "demissão disciplinar" aguarda apenas publicação no Diário da República para ser concretizado. A sanção foi aprovada pelo Senado da universidade em janeiro. Segundo despacho preliminar assinado pelo reitor, António Manuel de Sousa Pereira, a punição acontece em decorrência de "comportamentos descritos e provados" por parte do docente. Após ser alvo de uma denúncia assinada por 129 alunos da Faculdade de Comunicação, na qual ele lecionava uma disciplina de introdução à economia, o professor já havia sido suspenso de suas atividades por um período de 90 dias em 2021. No documento, os estudantes descrevem as aulas de Vieira como um "ambiente tóxico e discriminatório", com "vários atentados à cidadania, que não devem passar impunes".

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29 de abril de 2022 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 - parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2021; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Destituição da Diretoria; d) Eleição da Diretoria; e e) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022. A Administração.

LIGAFUTEBOL S.A.
CNPJ: 02.217.325/0001-56 - NIRE: 33.3.0016630-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022 às 11:40 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia.
Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022.
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
Diretora Presidente.

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.
CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022 às 13:40 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia.
Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022.
Norberto Aguiar Tomaz.
Diretor Presidente.

EMISSÃO S.A.
CNPJ: 39.110.879/0001-60 - NIRE: 3330030994-2
Convocação
Convocamos os acionistas da EMISSÃO S.A. a reunirem-se em AGO que será realizada às 12h do dia 28/04/2022, excepcionalmente, na Av. Franklin Roosevelt, 39, grupo 1.506 cobertura - Centro - RJ/RJ, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício financeiro de 2021. A empresa esclarece que, para participação na Assembleia, os acionistas deverão trazer, além do documento de identidade, o instrumento de mandato, com reconhecimento de firma do outorgante, caso o acionista se faça representar por procurador.
RJ, 13/04/2022.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/ME nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
Ata de Reunião do Conselho de Administração, Realizada em 30/03/2022 - 1. Data, Hora e Local: No dia 30/03/2022, às 14:00h, na sede social da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.** ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Pasteur, 110, 9º andar, Botafogo, CEP: 22290-240. **2. Mesa:** Presidente - Sr. Rodrigo Costa Rocha. Secretário - Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. **3. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Aprovar a reeleição dos atuais Diretores da Companhia. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. VAGNER ALEXANDRE SERRATO, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 5.347.493-4 - SSP/PR, CPF/ME nº 997.036.459-68; e Sra. ANA PAULA POUSA BACALCHUC DE SALLES FONSECA, brasileira, casada, economista, RG nº 09.712.232-9 - DETRAN/RJ, CPF/ME nº 025.141.547-31, ambos com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Pasteur, 110, Botafogo, CEP: 22290-240. Os diretores ora reeleitos terão mandato de 01 (um) ano, portanto **vigente até 02 de maio de 2023** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Sr. Rodrigo Costa Rocha; Secretário - Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. **Conselheiros:** (i) José Guilherme Cruz Souza; (ii) Rodrigo Costa Rocha; e (iii) Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. Rodrigo Costa Rocha - Presidente; Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes - Secretário. JUCERJA: Certificado o arquivamento em 12/04/2022 sob o nº 00004845454, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.